



Jornal do Brasil - 11 Jul 2004

Trancas contra o capital

As portas do país fechadas ao capital estrangeiro de longo prazo podem representar uma vitória do pensamento socialista, incensado por alas representativas do partido no poder, embora também sinalizem a paralisação do investimento nacional em setores vitais da economia. Uma situação ruim para o investidor alienígena será igualmente desfavorável ao capital nacional. Nesse campo, não há dicotomia que favoreça o desenvolvimento econômico.

Pendores estatizantes geram ilusões que levariam à substituição do investimento privado pelo investimento público, exatamente quando o Estado está definitivamente falido. Se vier a prevalecer esforço nessa direção, a tradicional qualidade do Estado como administrador incompetente tornará o processo inflacionário inevitável e incontrolável. Teríamos de relembrar princípios de economia do sábio Eugênio Gudín, quando ressaltava que o ingresso de capitais privados estrangeiros, de longo prazo, alivia as pressões inflacionárias, favorece a estabilidade da taxa de câmbio e melhora a produtividade da economia nacional. O investimento externo introduz no sistema econômico novas técnicas de produção e de administração e quase sempre opera como escola de formação de empresários brasileiros. Além disso, torna possível a disponibilidade de maior volume de recursos para educação, saúde, transporte de massas e habitação popular.

Na vida sindical do líder metalúrgico Luiz Inácio Lula da Silva houve momentos em que ele tentou mostrar a seus companheiros as vantagens do investimento estrangeiro na indústria. Figuravam nesse quadro salários mais altos e liberdade de ação do movimento operário.

Causa certa estranheza que não alcance o Planalto um sinal vermelho tão visível quanto a brusca redução do ingresso no país de investimentos diretos estrangeiros. Essa aplicação do capital que vem para ficar era de montante superior a 30 bilhões de dólares, no ano 2000. No segundo ano de governo petista estará reduzido a menos de 3 bilhões. Como demonstração de que uma situação desfavorável para o capital estrangeiro é também péssima para o capital nacional, surgem quase diariamente manifestações empresariais contra a ação paralisante do governo.

Diferentes órgãos que representam as empresas de infra-estrutura e as indústrias de máquinas e equipamentos criticam embaraços oficiais que desestimulam o investimento privado. **A Câmara Brasileira de Investidores em Energia Elétrica critica a centralização de decisões no Ministério de Minas e Energia, que pretende fazer baixar o custo da energia atacando o lucro das empresas. Afirma, também, conforme documento publicado no jornal Valor Econômico, que o Poder Executivo já fez a captura das agências reguladoras. O ministério de dona Dilma Rousseff é tido pelo empresariado como a principal fonte de desconfiança do setor privado no governo petista.**

Em tempos passados, causava séria apreensão a retirada do país de uma grande empresa de capitais estrangeiros dedicada a serviços públicos. Fato dessa natureza desencadeia uma onda de perguntas e consultas de entidades empresariais de todos os continentes sobre a real situação do país de que a empresa se afasta. Valor Econômico trata em pormenor da decisão da empresa americana Duke Energy, que fatura mais de US\$ 14 bilhões no exterior e atua em todos os elos da cadeia de energia. Depois de comprar a antiga Cesp Paranapanema com ágio superior a 90% e investimento de US\$ 1,5 bilhão, a empresa preparou vários projetos, mas agora se empenha em reduzir ao mínimo o prejuízo de sua saída do Brasil. A queixa principal da Duke Energy consiste em que as regras do jogo não são claras e o governo as altera sem permitir discussão.

Ainda está tramitando na Câmara o projeto de lei que estabelece normas de operação das agências reguladoras, as quais, segundo o Executivo, devem ficar subordinadas a controle externo. As férias de julho e a presença de muitos parlamentares em suas bases, cuidando das eleições municipais de outubro, tornam improvável a entrada em vigor este ano da lei das agências. Acredita-se que o projeto sofrerá emendas no Senado, o que forçará seu retorno à Câmara. Depois de aprovado, ninguém poderá prever o tempo que permanecerá no Planalto aguardando a publicação de seu regulamento. Predomina a crença de que a cúpula petista não perderá a oportunidade de introduzir no regulamento trancas e fechadura contra o capitalismo, como epílogo de sua passagem pelos palácios brasilienses.